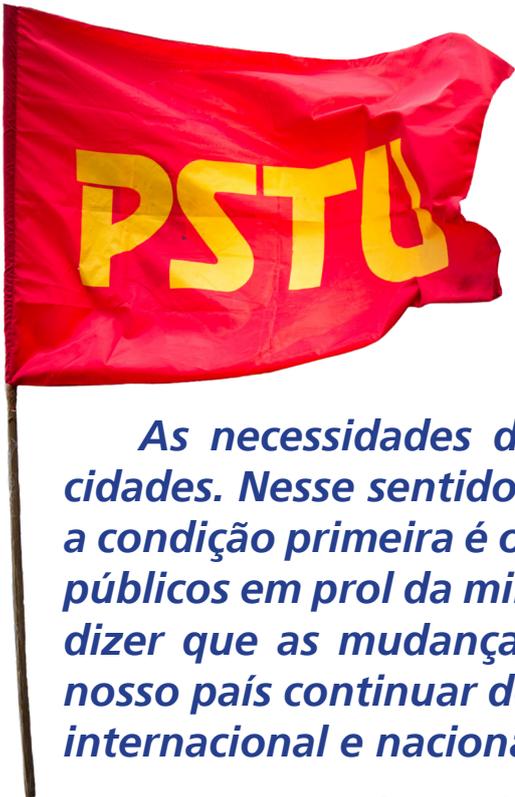


PROGRAMA DO PSTU

PARA PORTO ALEGRE 2020



Em defesa da vida, do emprego, do salário, da moradia, da renda, dos direitos e da soberania

As necessidades da maioria da população se expressam nas cidades. Nesse sentido há muito o que fazer em Porto Alegre. Mas a condição primeira é o combate à exploração e ao uso dos recursos públicos em prol da minoria de ricos da cidade e do país. Necessário dizer que as mudanças fundamentais não se efetivam enquanto nosso país continuar dominado pelos mesmos interesses do capital internacional e nacional.

Não temos nenhuma ilusão de que essa classe dominante se tornará sensível aos dramas de vida da imensa maioria do povo. Será obra dos trabalhadores e dos oprimidos desse país, contra o capitalismo. Mas obra que começa na base, seja na cidade, seja nas lutas nas empresas e comunidades, e movimentos contra a opressão.

Esses movimentos não estão desvinculados. Por isso começamos nosso programa abordando a grave crise do país, em que se insere também Porto Alegre. Todas nossas propostas, temos consciência, se chocam com Bolsonaro, mas também Leite e Marchezan. Os que governam e governaram esse país jamais romperam ou romperão com os laços profundos com os que vivem da exploração.

O PROGRAMA GERAL DO PSTU

Taxar os ricos, não os pobres

Cobrança das dívidas dos sonegadores e confisco dos bens e estatização das empresas sonegadas (desonerar as pequenas empresas, isenção e anistia de impostos para pequenas e médias do SIMPLES)

Fim das isenções fiscais às grandes empresas

Abertura da caixa-preta das isenções e incentivos

Fim do pagamento da dívida do Estado com a união

Fim da lei Kandir, que isenta as exportações, que estão entre os maiores lucros no país, e incentiva a desindustrialização, pois o foco são as matérias-primas e agronegócio.

Cobrar da União as perdas da lei Kandir, pois a forma de compensação da perda dos impostos de exportação foi lesiva aos estados e municípios.

Reforma tributária fortemente progressiva

Correção da tabela do Imposto de Renda, pois a defasagem onera os trabalhadores

Taxar lucros, dividendos e remessas, além de acabar com as desonerações e subsídios aos banqueiros e às grandes empresas.

Suspensão e Auditoria da dívida pública

Acabar com a atual Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos sociais para garantir os juros dos bancos. Não existe atualmente limite para o pagamento da dívida pública.

*Lei de responsabilidade **SOCIAL**: tem que ser punido é o governante que não aplicar o que é devido em saúde, educação, creches, moradia, saneamento, em todas as necessidades básicas do povo.*

Não aceitamos doações de empresas

Quem paga a banda escolhe a música: assim funciona o sistema político corrupto do capitalismo. Por isso o PSTU é financiado por colaborações dos seus militantes e dos trabalhadores que o apoiam.

FORA BOLSONARO E MOURÃO

Nenhuma das propostas do PSTU e nenhuma das necessidades dos trabalhadores terá solução enquanto governar Bolsonaro e sua família, e a ultra direita do país. Há um risco iminente para a sobrevivência de muitos trabalhadores, indígenas, mulheres, negros e LGBT. Há um risco iminente para nossas lutas e para as vidas de muitos lutadores com o projeto de ditadura que Bolsonaro escondeu momentaneamente. Há um risco iminente para a economia nacional, do ponto de vista dos trabalhadores, caso prossiga o projeto de privatização e venda do país, e submissão a Trump e ao imperialismo

Toda e qualquer luta dos trabalhadores vai se chocar com Bolsonaro. Nenhuma medida de benefício social é durável, como vemos com o fim do auxílio emergencial.

O Fora Bolsonaro é a bandeira que unifica, mas não podemos aceitar Mourão no seu lugar. Se a alternativa de poder popular ainda deve ser construída, são preferíveis eleições gerais, remover esse risco de ditadura e seguir a luta.

Em defesa da vida

Quarentena para valer, com emprego e renda

É preciso exigir quarentena geral já, com emprego e renda para todos a fim de evitar mais mortes. O isolamento social é, até o momento, a única forma de evitar que os trabalhadores e o povo pobre sejam mandados para o matadouro.

Manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600,00

É preciso manter o auxílio de R\$ 600,00, que já é insuficiente para garantir a sobrevivência dos desempregados e informais, até que a pandemia passe.

Emprego para todos

Redução da jornada de trabalho sem redução do salário

Em vez de liberar as demissões ou reduzir jornada e salário, o governo deveria decretar estabilidade no emprego e reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais.

Plano de obras e serviços públicos para gerar emprego e garantir vida digna

Fim da terceirização e da precarização do trabalho

Revogação das reformas trabalhista e da Previdência e da lei das terceirizações.

Não à uberização do trabalho. Contratação de todos os trabalhadores de

aplicativos pelas empresas (Uber, iFood, Rappi etc.), com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas garantidos. Programa financiado pela totalidade do lucro líquido dos aplicativos no Brasil, que não seria remetido ao exterior por dez anos. Caso as empresas se recusem a isso, o Estado encampará as operações das empresas, estatizando-as e colocando-as sob controle dos trabalhadores.

Alimentos para todos

Abertura de restaurantes populares, que sirvam refeições a R\$ 1 utilizando a agricultura familiar. As famílias serão cadastradas e organizadas em cooperativas estatais, num amplo plano nacional de reforma agrária.

Estatização das grandes redes de supermercados estrangeiros, garantindo a distribuição de alimentos de qualidade a preços acessíveis à população.

Saúde para todos

Não às parcerias com hospitais privados, onde o dinheiro público da Saúde engorda os lucros dessas empresas, em vez de investir na melhoria do SUS.

Ampliação geral do SUS e municipalização dos hospitais e dos serviços de saúde privados, começando por aqueles com dívidas com o SUS, por exemplo o Hospital Beneficência Portuguesa.

Os ricos é que devem pagar pela crise

DE ONDE SAI O DINHEIRO?

Qualquer partido que fizer promessas e não disser de onde sai o dinheiro está mentindo. As mudanças que os trabalhadores precisam só são possíveis na medida que se enfrente os privilegiados, e que os mais necessitados e os que efetivamente trabalham e produzem tenham a prioridade.

Em primeiro lugar devemos deixar de pagar dívidas para banqueiros e de alimentar o lucro de empreiteiras. Temos que aplicar no que deve ser a prioridade número um: a sobrevivência do povo.

Em segundo lugar, os ricos devem pagar pela crise. Quem é milionário ou dono de fábricas e grandes estabelecimentos comerciais deve pagar mais impostos, em vez de serem isentos de pagamento, como em geral fazem os governos. Os percentuais de imposto devem ser tanto mais, quanto maiores forem os valores das propriedades e a renda dos donos, mas isentando de forma que quem vive só do salário ou com baixa renda não seja penalizado.

Com certeza, os patrões e banqueiros, como os governos federal e estadual, usarão o judiciário para dizer que qualquer coisa que diminua suas mordomias é ilegal. Mas a lei também diz que temos direito à vida, direito que agora nesta pandemia se vê que não é prioridade dos de cima. Os trabalhadores têm que

estar mobilizados e organizados para garantir todas as medidas do Conselho Popular, e chamar a solidariedade da nossa classe em todo o país, que pode vir a se somar e lutar por medidas semelhantes. Nunca na história ganhamos nada de mão beijada.

O governo e toda a patronal fazem um escândalo dizendo que os empresários não podem fechar suas empresas para acabar com os problemas dos pobres da sociedade. Esse argumento é falso do começo ao fim.

Estamos propondo requisitar apenas 50% do lucro líquido das 500 maiores empresas do Brasil e dos 50 maiores bancos e seguradoras do país. Isso significa que os grandes empresários continuarão ganhando muito dinheiro com 50% dos seus lucros preservados.

Porto Alegre tem que estar à frente das mudanças necessárias, por isso:

Fora Marchezan!

Embora esteja demonstrado em estudo encomendado pelo SIMPA que o deficit alardeado por Marchezan não existe, foi uma fake news fabricada com o propósito de aparecer nessas eleições como quem saneou as finanças do município.

É necessário saber onde e como está sendo gasto o dinheiro público. Se a prefeitura estivesse cumprindo sua obrigação diante das camadas mais necessitadas da população, fatalmente nem o superavit atual seria suficiente.

Diante do falso deficit de Marchezan, perguntamos: onde e como foi gasto o dinheiro público ?

Auditoria pública, organizada por entidades do movimento, sindicatos, centrais sindicais e populares, associações de moradores, conselhos populares, para determinar se o município tem ou não dinheiro, onde e como foi gasto.

Os Conselhos Populares controlarão o orçamento. Apoiados nos Art. 61 da Lei Orgânica do Município, que determina o controle externo do orçamento, a ser efetuado entre outros pelos conselhos populares, e no Art. 102 - Seção 3, que estabelece que o Poder público reconhecerá conselhos populares autônomos, incentivaremos a sua organização e colocaremos o orçamento como uma das atribuições.

Nossos mandatos estarão a serviço da construção de conselhos populares, como poder real.

IPTU fortemente progressivo, vincular à renda e não só ao valor da propriedade. As faixas inferiores devem ser isentas. Fazer estudo para determinar o aumento da progressividade e isenções de acordo com faixa de renda e valor.

Refis devem beneficiar só as pequenas empresas e MEIs.

Existem várias **Igrejas** com fortunas imensas. A fé não deve ser explorada para o lucro. Acabar com as isenções.

ISSQN (que é dos impostos que trazem mais recursos ao orçamento municipal) : fazer estudo no sentido de isentar o consumo das faixas de menor renda.

O PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO

COVID-19

Apoio à resistência dos educadores à política de retorno às aulas em plena pandemia, antes que haja segurança para a saúde de toda comunidade escolar. Defendemos a unidade das escolas públicas, municipais e estaduais, assim como as privadas, nessa luta.

A COVID-19 ainda é uma doença desconhecida, assim como ainda não existe nem vacina nem tratamento. A leve queda dos casos (cujos números oficiais não refletem toda a realidade) deve-se à imunidade conseguida com milhares de mortes, e que prosseguem. Mas as pessoas que estão em relativo isolamento, assim como as crianças, na medida em que se coloquem em circulação, são as prováveis vítimas de uma segunda onda. Embora a letalidade em crianças se demonstre menor, relata-se graves sequelas naquelas que adoecem. E ainda mais grave, essas crianças estarão levando o vírus para pais e avós que estejam em isolamento. Professores e funcionários de escolas estarão expostos a um grande número de alunos, e à precariedade dos mecanismos de prevenção nas escolas.

AS LUTAS DOS EDUCADORES

Contrapomos a unidade dos trabalhadores ao projeto neoliberal chefiado por Guedes /Bolsonaro entre Estados e Municípios, e todos os governantes. Para isso é necessária a qualificação e valorização d@s trabalhador@s em educação.

Retomada do Plano de Carreira (progressões, avanços, etc.)

Revogação imediata de todas as medidas de Marchezan que atacaram conquistas d@s municipári@s.

Abertura imediata de edital de Concurso Público para os vários cargos de trabalhador@s em educação.

Revogação das medidas que alteraram rotina pedagógica das escolas. Retomada da autonomia escolar. Retomada da eleição para direção de escola sem o parâmetro da meritocracia. Gestão coletiva com ampla participação da comunidade escolar

Expansão da EJA para todas as escolas da rede.

Atenção às escolas infantis, com aparelhamento adequado.

Política de formação para professor@s. Revalorização da Arte-Educação. Isonomia de carga horária das disciplinas. Retomada da interdisciplinaridade.

A ESCOLA COMO INTEGRAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS COMUNIDADES

Defendemos uma escola ocupada pela comunidade, através de vários projetos como hortas comunitárias, etc. A escola deve ser espaço integrador da periferia. A escola deve se vincular à luta das famílias da periferia, ouvir a comunidade, sentir suas necessidades dando espaço para a luta extra-muros.

Conselhos Escolares como uma das concretizações dos Conselhos Populares nas escolas

Contra as privatizações:

DMAE PÚBLICO E CONTROLADO PELOS TRABALHADORES

O setor de saneamento foi um dos carros-chefes das privatizações ocorridas na América Latina e em outras regiões como parte da implementação da agenda neoliberal.

Marchezan decide privatizar o DMAE, mas nem de longe poder contar com os argumentos usuais de ineficiência, ou de que seria uma empresa pública que traz prejuízos para o governo. O modelo de privatização escolhido é de parceria público-privada, em que o Estado faz investimentos, normalmente através de mecanismos de transferência de recursos públicos para o setor privado, por meio de cláusulas de “garantias” ou “redução de riscos”, como o estabelecimento de piso de demanda abaixo do qual o Estado compromete-se a “indenizar” o parceiro.

Em setembro de 2019, a prefeitura contratou um consórcio formado pelas empresas Hidroconsult, Houer e Machado Meyer para elaborar um projeto de parceria público-privada para a cidade. O consórcio recebeu R\$ 1,67 milhão para elaborar um diagnóstico do trabalho do DMAE. A previsão inicial era de que o edital da parceria público-privada fosse publicado em meados deste ano, mas o cronograma sofreu atraso em razão da pandemia.

A universalização do serviço de água e esgoto, o tratamento público de todo o esgoto coletado por meio da operação das ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto) em toda a capacidade, a coleta de 100% do lixo residencial, o fortalecimento da coleta seletiva e a balneabilidade do Guaíba em todos os trechos são bandeiras essenciais de um programa socialista para a prefeitura de Porto Alegre.

Neste momento, porém, nada disso é possível sem a derrota do projeto de entrega do DMAE à iniciativa privada por Marchezan. Denunciamos esse projeto

e colocamos nossas candidaturas a serviço da luta contra a privatização. Para isso, queremos dialogar e chamar à luta todos os setores do funcionalismo, que podem ser o carro-chefe dessa grande campanha contra o projeto de desmonte do setor público de Marchezan.

Barrar esse processo é possível, mas não só através de uma derrota eleitoral de Marchezan. É necessário que a luta se dê nas ruas, sem dar um cheque em branco para o prefeito que vier a ser eleito. De nossa parte, colocaremos essa decisão para os organismos de luta dos trabalhadores de Porto Alegre, e nos pronunciamos em defesa de um DMAE público e controlado pelos trabalhadores.

Não à privatização do DMAE.

Não à terceirização dos serviços e funções do DMAE, que avançou dramaticamente durante os governos Fogaça, Fortunati e Marchezan.

Por uma auditoria pública no contrato da prefeitura com o consórcio de empresas que prepara a privatização do DMAE.

Que os trabalhadores elaborem um diagnóstico e um plano de defesa e de administração da autarquia, sob controle dos servidores e da população que é quem mais utiliza e precisa de seus serviços.

Pela universalização do serviço de água e esgoto.

Pelo tratamento público de todo o esgoto coletado por meio da operação das ETEs (Estação de Tratamento de Esgoto) em toda a capacidade.

Pela coleta de 100% do lixo residencial.

Pelo fortalecimento da coleta seletiva e sua extensão a todo o município.

Pela garantia de balneabilidade do Guaíba em todos os trechos, com expropriação das grandes empresas e conglomerados que poluem.

Não ao projeto da Mina Guaíba, que ameaça transformar a Bacia Hidrográfica do Guaíba no palco da pior tragédia ambiental da história do Rio Grande do Sul.

HABITAÇÃO

Porto Alegre tem um déficit habitacional de aproximadamente 50.000 moradias, sem considerar os trabalhadores que vivem nas cidades próximas e trabalham na capital.

O Departamento Municipal de Habitação (DEHMAB) não tem nenhuma política de construção de moradias populares e está sendo sucateado, sem concurso público, sem reposição de funcionários. Apenas 115 dos 989 cargos efetivos estão preenchidos.

Os Cargos comissionados representam 1/3 dos trabalhadores (CCs). Os 40 milhões de orçamento próprio do órgão são destinados para pagar a dívida do município.

A capital em 2017 tinha 600 áreas ocupadas em situação irregular, com 240.000 pessoas vivendo nessas áreas. 75 mil moradores aguardam regularização fundiária (dados do Ministério Público Estadual).

Porto Alegre Possui 7 quilombos urbanos, sendo que 6 ainda necessitam de regularização definitiva. Igualmente as terras indígenas do Lami e da Lomba do Pinheiro apesar de tradicionalmente ocupadas, aguardam regularização.

PROPOSTAS

Reforma Urbana envolvendo as áreas de habitação popular, transporte e defesa do meio ambiente.

Regularizar imediatamente as áreas ocupadas pelo povo pobre e trabalhador, suspendendo todos os processos de despejo.

Regularização das terras indígenas do Lami e da Lomba do Pinheiro.

Conceder a propriedade a todos os quilombos reconhecidos. Indenização somente aos pequenos proprietários. Mesmo não sendo atribuição da prefeitura o reconhecimento do quilombo, ela pode atuar concedendo a posse reivindicada. Isso já aconteceu no Areal da Baronesa.

Aumento imediato da verba destinada à Habitação. 100% do Fundo Municipal de Habitação (40 milhões) mais os 250 milhões de verbas federais destinadas à construção de moradias populares.

Construir 50.000 moradias populares em 4 anos, zerando o déficit habitacional.

Não ao congelamento dos gastos públicos.

Expropriação imediata de todas as áreas vazias com dívidas tributárias

Desapropriação de todas as áreas subutilizadas

Formação de Conselhos Populares que decidam sobre a política urbana em assembleias populares.

** Ver o ponto Plano de Obras públicas.*

Propostas emergências para o período de pandemia:

Despejo zero no período de pandemia

Aluguel social pago pela prefeitura durante todo o período

EMPREGO

Criação de uma empresa pública para construções na área de habitação, escolas, creches, hospitais e mobilidade urbana, utilizando-se a estrutura de recursos humanos do DEMHAB, como engenheiros, arquitetos, mestre de obras, operador de máquinas, pedreiro, pintor, etc.

Plano de obras e serviços públicos para gerar emprego e garantir vida digna

Construção de casas para todos e universalização do saneamento básico. Construção de hospitais, escolas, creches e rede de educação infantil, limpeza urbana, infraestrutura urbana em todas as favelas e bairros periféricos do país. Infraestrutura digital para todos e construção do metrô público.

Obras e serviços que empreguem milhões de trabalhadores em todo o Brasil, sendo reservadas 70% das vagas para mulheres e negros.

Fim da terceirização e da precarização do trabalho

Negros, mulheres, LGBT, indígenas, idosos, pessoas com deficiências

O PSTU luta contra a opressão e exploração das mulheres, dos jovens, negros e LGBTs. Defende o fim das desigualdades no mercado de trabalho, a exclusão social e a violência a que estão submetidos.

A opressão divide a classe trabalhadora. Não é possível unidade na luta contra o capitalismo sem combater as opressões.

A incapacidade dos governos em garantir a quarentena geral e o atendimento à saúde atinge em cheio a população mais pobre e precarizada da classe trabalhadora que são mulheres, negros e negras, quilombolas, indígenas e LGBTs. Os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora e a juventude estão cotidianamente expostas ao vírus nos bairros, nos locais de trabalho e nos locais de estudo.

As mulheres negras e trabalhadoras são as mais afetadas pela falta de políticas públicas e sofrem com o aumento da violência machista e racista dentro e fora de casa, com o aumento dos índices de homicídio e feminicídio. Enquanto a violência contra as mulheres brancas diminuiu 10%, em relação as mulheres negras aumentou 54%.

A população LGBT sofre com a falta de emprego e moradia.

Os indígenas e os quilombolas não tem reconhecido o direito aos seus territórios.

Os setores mais explorados e oprimidos da classe trabalhadora já viviam em uma situação de opressão e superexploração. Agora a situação se agrava em função da pandemia. O aumento do desemprego e a crise econômica aprofundam essa situação de desigualdade.

Os governos estaduais e municipais, mesmo os que se dizem de oposição, reproduzem a mesma política de ajuste fiscal de Guedes/Bolsonaro e cortam recursos das áreas sociais e não investem em políticas públicas.

Não há políticas de prevenção à violência contra as mulheres. As mulheres negras e LGBTQs são as principais vítimas dessa violência.

Porto Alegre é uma cidade excludente.

Os setores mais vulneráveis estão localizados na periferia das cidades, nos bairros mais afastados. As estruturas públicas estão cada vez mais precarizadas, os serviços públicos terceirizados. Os serviços de assistência social cada vez mais sucateados. A maioria da população, principalmente os setores mais explorados e oprimidos, é excluída do direito à cidade.

A cidade não é pensada para circulação e vivência de idosos e de pessoas com deficiências. Soma-se a isso a falta de políticas públicas específicas.

É preciso combater a opressão e lutar por políticas públicas que garantam o atendimento das necessidades mais básicas da população e que eliminem as desigualdades enfrentadas nas relações de trabalho.

O capitalismo é incapaz de garantir os direitos democráticos das mulheres, negros e negras e LGBTQs da classe trabalhadora. O capitalismo se utiliza das opressões para superexplorar a classe trabalhadora.

É a população negra, pobre, feminina e periférica quem mais sofre com essa realidade. Sob a pandemia as mulheres da classe trabalhadora enfrentam restrições às condições de vida. No Brasil mais de 40% dos lares é gerenciado por mulheres negras.

Não bastasse o desemprego e desigualdade de direitos, agora na pandemia, recai sobre as mulheres com o aumento da violência doméstica e o trabalho estilo “home office”, aumentando sua jornada, que agora acumula trabalho doméstico, cuidados com filhos, trabalho virtual... tudo somado traz um ambiente de superexploração da mulher trabalhadora.

É preciso também dizer não ao racismo, à violência, à discriminação por cor e gênero, à homofobia, à transfobia, à desigualdade de oportunidades no mundo do trabalho e a tantas outras formas de discriminação.

A subida de Bolsonaro trouxe Damares para o ministério, como parte de uma reação dos setores conservadores aos avanços na consciência e luta de todos os oprimidos. Sua tarefa é atacar as mulheres, os negros, os LGBTQ, tapar sua boca e colocá-los no lugar de submissão que o capitalismo lhes reserva. Nesse sentido, nossa luta contra Bolsonaro deve por abaixo Damares e toda a ultra direita que

está alojada no poder, como uma arma contra nossas lutas.

PROPOSTAS:

Não ao genocídio dos negros. Fim da violência policial, as polícias devem ser desmilitarizadas e serem controladas pelos conselhos populares das comunidades.

Em defesa do direito de decidir, descriminalização e legalização do aborto.

Criminalização do LGBTfobia

Campanhas que combatem o preconceito e a discriminação

Basta de xenofobia e superexploração

Estado laico

Salário igual para trabalho igual. Exigências de programas de igualdade salarial e de oportunidades de contratação e ascensão profissional para mulheres, negros e LGBTs.

Grande investimento público no combate a violência machista, racista e homofóbica.

Creches para todas as crianças com idade pré-escolar.

Lavanderias públicas ou nos locais de trabalho sob responsabilidades das empresas para livrar a mulher da carga do trabalho doméstico.

Criação de abrigos com orientação, formação profissional e infraestrutura necessária para acolher e assistir crianças, adolescentes e mulheres que sofrem violência doméstica, física ou sexual.

Por uma política de planejamento familiar e acompanhamento social das famílias de baixa renda.

Orientação sexual e atendimento integral à saúde da mulher.

Educação anti discriminatória em toda a rede, com formações e debates sobre as diferentes formas de opressão, assim como a educação sexual.

Redes de Apoio a vítimas de violência nos Bairros, vinculadas aos Conselhos Populares.

Comitês por bairros, garantindo a estruturação de serviços da Prefeitura nos bairros onde residem @s trabalhador@s, com atenção especial à questão das mulheres, negr@s e população LGBT.

Trabalho junto às comunidades enfocando essas questões e dando espaço à expressão dos setores oprimidos.

DESEMPREGO E SUBEMPREGO RECAEM COM MAIS FORÇA SOBRE OPRIMIDOS

Efetivação de tod@s terceirizados e cotas para transsexuais em todos os setores produtivos.

Fim das concessões ao setor privado e a encampação das empresas de transporte público pela prefeitura, propiciando a diminuição de jornada e criação de novas vagas. Nessas vagas deve ser garantida ocupação pela população trans, negros, mulheres.

MOBILIDADE URBANA

Assim como outros serviços essencialmente públicos, o transporte é privatizado e, por isso, antes de atender às necessidades da população, tem como propósito a geração de receita para as empresas que exploram a atividade.

Apesar de legalmente ser obrigatória a fiscalização dos serviços, o governo municipal acaba sempre cedendo às pressões empresariais. Para a aprovação do preço da passagem, por exemplo, é necessário que as empresas encaminhem à Prefeitura uma planilha de custos, que justifique o valor pretendido. Essa planilha, via de regra, é superfaturada.

Por essas condições, o transporte na cidade é caro e ineficiente. Não há controle sobre o valor das passagens nem sobre os horários.

Com isso, cada vez mais as pessoas estão optando pelo transporte individual, o que acaba sendo mais em conta e mais eficaz. Essa situação, contudo, leva a outros problemas. Além de não ocorrer nenhuma melhoria no transporte público, temos também aumento da poluição do ar, deslocamento e desalojamento de populações, além de engarrafamentos e outras situações bem desagradáveis.

Para nós, do PSTU, o transporte público deve ser mesmo público. Deve, em primeiro lugar, atender às necessidades da população e permitir, de forma segura, pontual, confortável e de baixo custo, o fluxo de pessoas entre os diversos bairros da cidade. Além disso, entendemos que a cultura do transporte individual deve acabar. Os automóveis devem ser usados como exceção, não como regra. E novas alternativas de transporte público deverão também ser criadas.

PROPOSTAS:

Municipalizar o transporte público urbano. Não haverá mais empresas privadas prestando esse serviço, mas sim uma única empresa municipal. Conseqüentemente, haverá transporte em todos os horários, em todos os lugares e acessível a todos. Os atuais trabalhadores das atuais empresas privadas serão 100% aproveitados na

nova empresa municipal;

Aumentar o número de linhas e de ônibus em cada uma delas.

Substituir gradativamente a frota atual, por ônibus movidos a fontes não poluentes.

Construção do metrô de Porto Alegre.

Ampliação das ciclovias existentes na cidade, cujo planejamento observará a não sobreposição com espaços próprios para pedestres. A topografia da cidade deverá ser considerada e, nos locais de difícil acesso a ciclistas, serão construídos estacionamentos apropriados e meios de interligação com os outros meios de transporte.

Adequação das ciclovias atuais aos parâmetros necessários de segurança de pedestres e dos ciclistas.

Todo o sistema de transporte público será interligado, sem a cobrança de tarifa.

Criação do Conselho Popular de Transportes, composto pelos usuários e trabalhadores do setor, que terá como função fiscalizar e propor soluções para o bom funcionamento do sistema municipal de transporte, com poderes deliberativos.

Redução e congelamento das tarifas em direção à TARIFA ZERO.

CONSELHOS POPULARES: TRABALHADORES NO COMANDO

O PSTU não prega a ilusão de que vai assumir o poder e automaticamente seu programa se tornará realidade. Nossas propostas só podem ser colocadas em prática partindo das lutas do povo, da auto-organização dos trabalhadores.

Fomos acostumados a delegar a representantes a defesa de nossas reivindicações. Seja no sindicato, nas associações e movimentos, seja nos governantes, deputados e vereadores.

O problema é que uma decepção segue a outra. Eles se revezam nesse baile, desde que a maioria do povo só assista. Mas qual conquista da classe trabalhadora veio de mão beijada, ou pela mão de um salvador da pátria. Não! Só com muita luta podemos avançar. Nesses momentos somos nós os atores, não estamos na plateia.

O problema é que tudo o que conquistamos está sempre sob risco de ataque porque quem governa o faz, não a serviço dos seus eleitores, mas dos empresários, banqueiros e corruptos, que financiam as campanhas.

Então é necessário que essa organização para a luta não se disperse, que se torne permanente a discussão dos rumos e das propostas para resolver efetivamente nossa situação. Não adianta ficar enxugando gelo.

Defendemos a auto-organização, que cada luta mantenha seus comitês, assembleias, etc, e discutam o próximo passo. O que não avança retrocede.

Essa é a base do programa de governo que propomos. Estamos convictos de que os trabalhadores e o povo pobre governando vão aprender e saber defender suas conquistas, o que não cabe nessa falsa democracia.

Nas eleições ,o povo dá um cheque em branco ao prefeito, aos vereadores, que então dizem que são eles que vão fazer; que confiem e esperem. No máximo permitem uma disputa por um osso, o miserê destinado aos bairros sendo disputado entre várias comunidades num Orçamento Participativo. Enquanto isso a parte do leão continua beneficiando as empreiteiras, os shoppings, as grandes empresas e os corruptos.

Nossa proposta de conselhos populares não caiu do céu nem vão ser inventados de fora. Devem ser formados a partir das organizações que as comunidades, as categorias de trabalhadores e movimentos contra as opressões formarem para defender seus interesses.

Dessa forma poderemos ter uma verdadeira democracia, a democracia direta. Por exemplo, em um bairro a comunidade pode eleger representantes, que se reúnam num conselho para discutir os problemas e propostas, e encaminhem a luta por elas. A base tem controle direto sobre esses representantes, que podem ser substituídos sempre que necessário, não tendo que esperar 4 anos como

com a Câmara de Vereadores.

O PSTU tem o compromisso, com Júlio prefeito, e Vera vice, de que acatará as decisões de um Conselho Popular municipal, que reúna todos os conselhos que se formarem, e que ajudaremos a organizar. É muito mais do que foi o Orçamento Participativo. Uma das atribuições do Conselho Popular do município será decidir sobre **TUDO O ORÇAMENTO**, assim como ajudar a organizar o Plano de Obras Públicas, e organizará a mobilização pelas suas demandas.

E não poderia ser diferente. Por acaso, podemos colocar nossas propostas nas mãos da Câmara? Ela é dominada pelo dinheiro, e com imunidade por quatro anos para agir em favor próprio e dos empresários. Queremos um governo dos trabalhadores e dos pobres. Não seremos nós a tomarmos as decisões, mas os Conselhos Populares.

A cidade nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre

Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação.

Os conselhos populares devem ser organismos de luta e de auto-organização dos trabalhadores e das comunidades. São eleitos representantes, em assembleias abertas a todo o bairro, que discutem seus problemas e as propostas, e as formas de luta. Todos os Conselhos se reúnem num conselho municipal para tomar as decisões. Os representantes devem ser revogáveis a qualquer momento.

Redução dos salários dos políticos ao de um trabalhador

A Câmara deve se submeter aos Conselhos Populares. Nenhum político deve poder ganhar mais do que um operário ou uma professora.

PSTU 16:

UM VOTO NA LUTA POR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

Cada voto no PSTU, no 16, vai ser importante para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTs para mudar de verdade tudo isso que está aí.

SOMOS PARTE DA LUTA DOS TRABALHADORES E OPRIMIDOS DO MUNDO

Integramos a luta dos povos contra a dominação imperialista sobre o mundo. Essa pandemia mostra com toda clareza a incapacidade desse sistema de defender as vidas e os empregos, justamente porque todos os governos do mundo estão atados ao interesses dos grandes monopólios capitalistas.

Porto Alegre tem que levantar a bandeira do apoio às lutas dos trabalhadores e indígenas chilenos, argentinos e equatorianos, dos trabalhadores venezuelanos contra a ditadura de Maduro, dos negros e negras dos Estados Unidos contra Trump, dos trabalhadores europeus contra a política de austeridade e extermínio social da União Europeia, dos trabalhadores e do povo palestino contra a ocupação e o apartheid do Estado de Israel, dos trabalhadores chineses contra a ditadura de Xi Jinping e seus magnatas capitalistas, dos trabalhadores e dissidentes russos contra a autocracia de Putin e sua gangue.